

**RCD no HABEAS CORPUS Nº 559.870 - RJ (2020/0024723-4)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**REQUERENTE** : LAIO ESTEVÃO DA SILVA (PRESO)  
**ADVOGADO** : CARLOS DONATO FRANCO DE ALMEIDA SERRA -  
RJ140823  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE  
JANEIRO

**DECISÃO**

Trata-se de pedidos de reconsideração (fls. 80-82 e 101-118) da decisão de fls. 74-75, em que o *habeas corpus* foi indeferido liminarmente, ante deficiência na instrução dos autos, por ausência do acórdão da Corte de origem.

Tendo em vista a juntada da peça faltante às fls. 105-115, reconsidero a decisão atacada. Passo ao exame da liminar.

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de LAIO ESTEVÃO DA SILVA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, que denegou o *writ* na origem em acórdão assim ementado (fls. 105-106):

HABEAS CORPUS. Paciente preso e pronunciado pela prática dos crimes previstos nos arts. 121, § 2º, inciso I, n/f do art. 73, e art. 121, § 2º, inciso I, c/c art. 121, § 2º, inciso I, c/c art. 14, inciso II (dez vezes), c/c art. 69, todos do Código Penal, e art. 35. c/c art. 40, IV, ambos da Lei 11.343/06. - Trata-se do segundo Habeas Corpus - Aponta como autoridade coatora o Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Capital - Narra a denúncia que o paciente associado a diversos outros elementos, animus necandi, atacaram a tiros os policiais militares de serviço na UPP da Mangueira, e, por erro de execução, atingiram e mataram um inocente, sendo certo que o paciente e corréus integravam a facção criminosa que comanda o tráfico de drogas na comunidade. Aduz o impetrante, em resumo, que o paciente sofre constrangimento ilegal, consistente no excesso de prazo haja vista que se encontra custodiado preventivamente há quase 04 anos. Afirma que a prisão cautelar encontra-se ausente de fundamentação idônea. Não prosperam as razões do impetrante de que o paciente sofre constrangimento ilegal. Ab initio, ainda que se reconheça o direito à duração razoável do processo, conforme artigo 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal, e que o legislador tenha fixado prazos para realização de atos processuais, inegável que somente diante da análise do caso em concreto, que se poderá falar em demora aceitável ou inaceitável. A verificação do excesso de prazo deve ser aferida dentro dos limites da razoabilidade, não se limitando à mera soma aritmética de prazos processuais, sendo certo que não se vislumbra nos autos inércia imputável ao Estado, apta a configurar o alegado constrangimento

ilegal. Ao primeiro HC impetrado em favor do paciente, sob nº 0039003-30.2018.8.19.0000, por decisão monocrática, em 06/08/2018, foi negado seguimento, afastando a alegação de excesso de prazo, ante a complexidade do processo e a incidência da Súmula 21 do STJ. - Embora haja uma demora além do razoável, trata-se de uma ação sob nº 0233558-49.2015, com outros réus, posteriormente desmembrada com relação ao paciente e corréu Leandro, únicos que não recorreram da decisão de pronúncia. Consta nas informações que o primeiro adiamento ocorreu por conta da ausência da suposta vítima da qual a Defesa do corréu insistiu na oitiva sem que houvesse oposição da Defesa do ora paciente e do Ministério Público sendo assim o julgamento foi redesignado. Consta, ainda, que o segundo adiamento ocorreu por ausência de quorum para a realização da Sessão plenária. A decisão que decretou a prisão preventiva do ora paciente e corréus, em 27/07/2015, encontra-se muito bem fundamentada. Demonstrada a necessidade da manutenção da custódia cautelar. Presente o *fumus commissi delicti*, e o *periculum in libertate*. A decisão de pronúncia justifica a necessidade da manutenção da custódia com vistas a se resguardar a ordem pública, por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal. O paciente é acusado de crimes graves e caso venha a ser comprovado ao final da ação, garantir-lhe-á pesada reprimenda. Cuidando-se de homicídio - REGRA É A CUSTÓDIA DO PACIENTE. Inexistência de constrangimento ilegal. - ORDEM DENEGADA.

Consta dos autos que o paciente foi preso preventivamente e denunciado como incurso nos delitos insculpidos nos arts. 121, §2º, inciso I, na forma do art. 73 e art. 121, §2º, inciso I, c/c art. 14, inciso II (por 10 vezes), c/c art. 69, todos do Código Penal.

No presente *mandamus* a defesa alega, em síntese, excesso de prazo e inexistência de fundamentação para prisão preventiva.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão de liberdade provisória ao paciente.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

O acórdão, que transcreveu recente decreto de indeferimento de revogação de prisão do paciente, apresentou os seguintes fundamentos (fls.

108-115):

[...].

No caso, da análise dos autos, cabe destacar que o ora paciente já foi pronunciado e, deste modo, resta superada a alegação de excesso de prazo na instrução criminal, aplicável ao caso o teor do

Enunciado 21 da Súmula do STJ:

[...].

Ressalte-se que, em 06/08/2018, por decisão monocrática, foi negado seguimento ao HC 0039003- 30.2018.8.19.0000, impetrado em favor do ora paciente, afastando a alegação de excesso de prazo, ante a complexidade do processo e a incidência da Súmula 21 do Superior tribunal de Justiça.

**Pelas informações prestadas pela autoridade apontada como coatora, constata-se que já está designada a data da sessão plenária do Júri para o dia 06/04/2020, conforme a solicitação desta Relatora para que fosse antecipada a sessão plenária que estava marcada para Agosto/2020.**

**Consta nas informações que o primeiro adiamento ocorreu por conta da ausência da suposta vítima da qual a Defesa do corréu LEANDRO DA SILVA MOTA insistiu na oitiva sem que houvesse oposição da Defesa do ora paciente e do Ministério Público sendo assim o julgamento foi redesignado.**

Consta, ainda, que o segundo adiamento ocorreu por ausência de quorum para a realização da Sessão plenária.

Embora haja uma demora além do razoável, trata-se de uma ação com outros réus, posteriormente desmembrada. Há indícios de que o paciente e corréus sejam integrantes de uma quadrilha de traficantes que efetuou disparos de arma de fogo contra policiais que se encontravam abrigados na sede da UPP da Mangueira e em um bar na proximidade.

Conforme denúncia oferecida pelo Ministério Público, **o paciente associado a diversos outros elementos, animus necandi, atacaram a tiros os policiais militares de serviço na Unidade de Polícia Pacificadora na comunidade da Mangueira, e, por erro de execução, atingiram e mataram um inocente Alexandre Cavalcante de Oliveira, sendo certo que o paciente e corréus integravam a facção criminosa que comanda o tráfico de drogas na comunidade da Mangueira.**

A leitura da inicial evidencia a invasão quanto ao mérito por parte do Impetrante, o que é vedado em sede de habeas corpus que tem âmbito restrito e o faz com o fim de demonstrar o que, em sua ótica, aliada à negativa de autoria pelo paciente, evidenciaria sua inocência.

O processo de origem foi desmembrado dos autos 0233558-49.2015.8.19.0001, em 03/09/2018, em relação ao ora paciente e corréu LEANDRO, únicos réus que não recorreram da pronúncia, originando o processo 0515031-73.2015.8.19.0001.

**Compulsando os autos, constata-se que se trata de um feito complexo, com vários réus e Defesas Técnicas, vários pedidos que acabam retardando a marcha processual, necessitando de maior dilação do procedimento.**

A decisão que decretou a prisão preventiva do ora paciente e corréus, em 27/07/2015, encontra-se muito bem fundamentada, demonstrada a

necessidade da manutenção da custódia cautelar, como se pode depreender: [...].

Em consulta ao andamento processual no site deste Tribunal, foi proferida decisão de pronúncia, em 22/01/2018, que manteve a custódia cautelar, de maneira fundamentada:

"... Em observância ao artigo 413, §3º do CPP, passo a analisar a necessidade da manutenção da custódia cautelar dos acusados. **No caso concreto, há indícios de que os acusados pertencem à quadrilha de traficantes, da Comunidade da Mangueira e que efetuaram os disparos de arma de fogo contra os dez policiais militares, estando fortemente armados, o que aponta a periculosidade dos mesmos.** Os réus soltos, neste momento, constitui verdadeira ameaça à ordem pública. Afora isso, ao menos por ora, a segregação cautelar dos réus ainda é imprescindível', também, por conveniência da instrução criminal, já que suas solturas deixarão as testemunhas, que ainda serão novamente inquiridas em plenário do Tribunal do Júri, em situação de perigo, o que pode macular a colheita de prova. Observa-se, ainda, não ser cabível a substituição da prisão preventiva do réu por qualquer das medidas cautelares introduzidas pela Lei n. 12.403/11, as quais não se mostram suficientes para o caso concreto. Portanto, considerando o caso em análise, a prisão cautelar dos réus ainda é medida que se impõe, com vistas a se resguardar a ordem pública, por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal. Dessa forma, recomenda-se que eles permaneçam presos no local onde se encontram (...)"

O exame dos autos evidencia a ausência da alegada ilegalidade e clara a necessidade da custódia preventiva para resguardar a ordem pública, por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal. Não cabe, pois, como é a hipótese dos autos, afirmar configuração de constrangimento ilegal se eventualmente o feito comporte alguma demora em seu andamento.

A verificação do excesso de prazo deve ser aferida dentro dos limites da razoabilidade, não se limitando à mera soma aritmética de prazos processuais, sendo certo que, embora haja uma demora além do razoável, não se vislumbra nos autos inércia imputável ao Estado, apta a configurar o alegado constrangimento ilegal.

O paciente é acusado de crime grave e caso venha a ser comprovado ao final da ação, garantir-lhe-á pesada reprimenda. Cuidando-se de homicídio - REGRA E A CUSTÓDIA DO PACIENTE.

Como bem asseverou a I. Procuradora de Justiça em seu parecer, doe. 033: [...].

Portanto, não havendo qualquer constrangimento ilegal desencadeado pela autoridade judiciária de primeiro grau, inexistindo qualquer coação a ser sanada pela via do remédio constitucional, voto pela denegação da ordem.

Como se vê, o decreto prisional apresenta fundamentação concreta, com base na *modus operandi*, bem como no fato de o paciente integrar

organização criminosa, de onde se extrai do acórdão que *o paciente associado a diversos outros elementos, animus necandi, atacaram a tiros os policiais militares de serviço na Unidade de Polícia Pacificadora na comunidade da Mangueira, e, por erro de execução, atingiram e mataram um inocente Alexandre Cavalcante de Oliveira, sendo certo que o paciente e corréus integravam a facção criminosa que comanda o tráfico de drogas na comunidade da Mangueira.* O recente decreto de manutenção da prisão preventiva manteve os fundamentos que motivaram inicialmente o claustro cautelar frisando que *há indícios de que os acusados pertencem à quadrilha de traficantes, da Comunidade da Mangueira e que efetuaram os disparos de arma de fogo contra os dez policiais militares, estando fortemente armados, o que aponta a periculosidade dos mesmos.*

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que a constrição cautelar impõe-se pela gravidade concreta da prática criminosa, causadora de grande intranquilidade social, revelada no *modus operandi* do delito, e diante da acentuada periculosidade do acusado, evidenciada na propensão à prática delitiva e conduta violenta. Confira-se: HC n. 299762/PR – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 2/10/2014; HC n. 169996/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 1º/7/2014; RHC n. 46707/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 18/6/2014; RHC n. 44997/AL – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Marilza Maynard (Des. convocada do TJSE) – DJe 12/5/2014; RHC n. 45055/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 31/3/2014.

É pacífico também o entendimento desta Corte Superior no sentido de que justifica a prisão preventiva o fato de o acusado integrar organização criminosa, em razão da garantia da ordem pública, quanto mais diante da complexidade dessa organização, evidenciada no número de integrantes (e/ou presença de diversas frentes de atuação; e/ou contatos no exterior). Nesse sentido: RHC n. 46.094/MG – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Sebastião Reis Júnior - DJe 4/8/2014; RHC n. 47242/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 10/6/2014; RHC n. 46341/MS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 11/6/2014; RHC n. 48067/ES – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Regina Helena Costa – DJe 18/6/2014. Igual posicionamento se verifica no Supremo Tribunal Federal, v.g.: AgRg no HC n. 121622/PE – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Celso de Mello – DJe 30/4/2014; RHC n. 122094/DF – 1ª T. – unânime – Rel. Min. Luiz Fux – DJe 4/6/2014; HC n. 115462/RR – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – DJe 23/4/2013.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para

justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Assim, não se constata ilegalidade flagrante que justifique o deferimento da liminar, sendo necessária a apreciação aprofundada do *habeas corpus* por ocasião do exame de mérito, pela Turma, então garantindo a eficácia plena das decisões pelo Colegiado.

Ademais, com relação aos prazos consignados na lei processual, deve-se atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal. De efeito, uníssona é a jurisprudência no sentido de que a ilegalidade da prisão por excesso de prazo só pode ser reconhecida quando a demora for injustificada, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência indevida coação.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator